

Apresentação pública do Relatório Sobre a Evolução da Negociação Coletiva em 2016

02 - 05 - 2017

Intervenção de abertura do Presidente do CRL

*Senhor Ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social,
Senhores dirigentes e outros representantes dos Parceiros Sociais
Senhores dirigentes e técnicos da Administração Pública
Senhores Jornalistas
Caros membros do CRL e da Comissão Científica
Senhoras e Senhores convidados*

Agradeço a presença do Senhor Ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, que, mais uma vez, nos honra com a sua participação e apoio, nos momentos importantes da vida do Centro de Relações Laborais.

E não é pelo facto de já vir ganhando foros de habituação que este agradecimento se torna menos sentido ou menos devido.

Esta sessão destina-se a apresentar publicamente o Relatório sobre a Evolução da Negociação Coletiva em 2016, constituindo, assim, o segundo relatório da série iniciada no ano transato.

Tendo bem presente que o cerne do trabalho cuja divulgação pública aqui nos junta será incumbência do Senhor Coordenador Científico e da Senhora Coordenadora Executiva, nestas palavras de abertura gostaria de sublinhar, desde logo, a forma participada como o Relatório foi elaborado e a importância que o mesmo tem insita enquanto contributo para melhor compreender a evolução da negociação coletiva, desde 2005, agora com enfoque no ano de 2016.

No que toca à forma de elaboração do Relatório, realço, sobremaneira, a forma intensa e participada como os membros do CRL intervieram, nomeadamente na delimitação dos temas a abordar e nas críticas e sugestões que fizeram às sucessivas versões que o mesmo Relatório foi conhecendo.

O Relatório não só integra os contributos que os membros foram aportando, como as declarações de voto que entenderam por bem deixar expressas.

Mas não posso, igualmente, deixar de destacar, com ênfase, uma vertente a metodologia adotada.

Tal como sucedeu relativamente ao Relatório anterior, também agora tivemos o privilégio de contar com a participação de uma Comissão Científica que reúne um conjunto de individualidades, com reconhecida reflexão, percurso académico e profissional nesta área, sendo de salientar a enorme disponibilidade manifestada e o trabalho totalmente *pro bono*. Refiro-me aos Profs. António Monteiro Fernandes, Daniel Bessa, José João Abrantes, Maria do Rosário Palma Ramalho e Luís Gonçalves da Silva.

O contributo da Comissão Científica, em diversas reuniões e contactos mais informais, culminando no Parecer que também faz parte do Relatório, foi essencial não só para a análise a que se procedeu, como para o prestígio do resultado alcançado e, assim, para o incremento da afirmação do CRL.

Para eles, um muito obrigado.

Em terceiro lugar, uma palavra de rasgado elogio e forte agradecimento também para a equipa que elaborou o relatório (onde integro o Coordenador Científico, Dr. Pedro Furtado Martins e da equipa técnica do CRL, a Coordenadora Executiva, Dr.^a Paula Agapito, os técnicos Drs. Miguel Ramos dos Santos e Paulo Félix de Oliveira, secretariados pela Dra. Rita Conde Antunes).

Ao nível do reconhecimento e gratidão, um registo, ainda, para a cooperação recebida de outros Organismos da Administração Pública, em particular, a Direcção-Geral do Emprego e das Relações

de Trabalho, o Gabinete de Estratégia e Planeamento e a Direcção-Geral da Administração e do Emprego Público.

Numa brevíssima referência ao conteúdo do Relatório, dizer que tem uma estrutura semelhante ao do ano passado, adotando dois prismas (quantitativo e qualitativo) e mantendo a análise retrospectiva desde 2005.

Mau grado essa similitude, que é patente, permitam-me, ainda assim, que destaque:

- Desde logo, a evolução positiva da negociação coletiva publicada em 2016, quer quanto ao número de IRCT convencionais, quer quanto à respetiva cobertura, situando-se esta em números significativamente mais elevados que os, por vezes, ressaltados, com sustento em períodos imediatamente anteriores;
- Uma evidente correlação entre o número de trabalhadores abrangidos e os setores de atividade que celebraram e publicaram convenções nesse ano, uma vez que, sendo muito díspar o número de trabalhadores nos vários setores, são naturais oscilações, positivas ou negativas, ao nível da dimensão da cobertura;
- Finalmente, o esforço de alargamento das matérias estudadas, a par do aprofundamento da análise efetuada a propósito de múltiplos conteúdos versados nas convenções, assim se intentando obter um retrato mais completo do real conteúdo e alcance da realidade em estudo, indo, aliás, ao encontro das recomendações dos membros do CRL e da Comissão Científica.

Como terão oportunidade de constatar, o presente Relatório, pelo domínio específico que elabora e dissecar o universo em que assentou, não se revela plenamente justapostável com o inserto, para o mesmo domínio, no Livro Verde sobre as Relações Laborais de 2016, do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, recentemente divulgado.

Mas se algumas diferenças são assinaláveis, a complementaridade não ganha menor ênfase.

O presente Relatório, repito, teve por base e objeto de análise toda a negociação coletiva publicada em 2016 e não apenas uma amostra, ainda que lata, desses instrumentos.

E, quanto a essa realidade, intenta aprofundar múltiplos dos institutos aí contemplados, permitindo, assim, uma melhor e mais atual caracterização do quadro global que no Livro Verde se mostra retratado.

Minhas Senhoras e meus Senhores,

Julgo que todos reconhecemos e partilhamos o sentimento de que o Mundo está cada vez mais complexo, designadamente no âmbito dos Mercados de Trabalho.

Os modelos tradicionais de relações de trabalho, que imperaram durante décadas, foram, continuam e continuarão a evoluir a um ritmo cada vez mais intenso.

Evolução que, como todos sabemos, está a ser fortemente marcada pela tecnologia.

Acresce a este cenário, que cada vez é mais difícil, com um razoável grau de certeza, antever o que o futuro, quanto a estes parâmetros, nos reserva.

Uma certeza se desenha: as relações laborais estão a conhecer mutações profundas e os reflexos daí advenientes, aos quais a contratação coletiva não pode ficar alheia, são inevitáveis.

Este complexo contexto dá plena justificação à existência de Relatórios como aquele que vos vai ser apresentado, o qual constitui uma importante mais valia, e impõe uma cada mais forte aposta no seu aprofundamento, em consonância, aliás, com o recomendado pela Comissão Científica e proposto por membros do CRL.

Termino renovando os agradecimentos ao Senhor Ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social pela honra que sentimos em tê-lo aqui connosco mais uma vez.

2 de maio de 2017

O Presidente do CRL
Gregório da Rocha Novo